

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENTRE ESTUDADES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO NO SUL DO BRASIL

GABRIELA QUEVEDO DALLMANN¹;
CRISTINA CORRÊA KAUFMANN².

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – gabrielaq001@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – cristinackaufmann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que é importante estimular hábitos alimentares saudáveis entre crianças e adolescentes para sua manutenção e consolidação na vida adulta e, conseqüente redução no risco de doenças crônicas (BRASIL; Ministério da Educação, 2009), faz-se necessário o apoio do Estado junto à Constituição Federal Brasileira, a fim de assegurar o direito dos indivíduos à alimentação nutricionalmente adequada (FNDE, 2009). Aliado a isso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado na década de 40 para oferecer refeições e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes e, com o tempo, se consolidou também como um importante Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (FNDE, 2017).

Nesse sentido, vale ressaltar que o consumo de alimentos extrainstitucionais pode estar relacionado com a preferência pelo sabor dos alimentos não saudáveis em detrimento aos servidos pela escola, porém, os alimentos provenientes de casa e adquiridos na escola ou no entorno da mesma são em sua maioria alimentos industrializados, ultraprocessados, com valor nutricional reduzido, ricos em sódio e gordura saturada, consumo este que pode colaborar para o aumento do excesso de peso entre os escolares (FRANCO, 2015). Sendo assim, o objetivo deste estudo foi estimar a prevalência da adesão à alimentação escolar e possíveis fatores associados entre adolescentes de uma escola da rede municipal de ensino, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Estudo transversal, quantitativo, realizado entre os anos de 2018 e 2019, com alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Pelotense. O desfecho do estudo foi a prevalência de adesão à alimentação escolar, avaliada com a pergunta “você come a alimentação oferecida pela escola?”, tendo como opções de resposta “sim” ou “não”.

As variáveis independentes foram: sexo (masculino; feminino); idade (em anos completos); cor da pele (branca; não branca); escolaridade da mãe (fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; não sei); mora com mãe (sim; não); mora com pai (sim; não).

O instrumento usado na pesquisa foi criado com base no questionário aplicado pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – Pense (IBGE, 2016). Os dados foram coletados nos turnos de aula, na própria escola, em questionário autopreenchido pelo aluno, com auxílio da equipe de pesquisa, preocupando-se em interferir o mínimo possível na rotina escolar.

Os dados foram coletados e após, duplamente digitados no EpiData® e analisados no Stata® 12.1. Foram realizados cálculos da frequência de todas as variáveis de interesse e após, análise bivariada entre o desfecho e as variáveis de exposição, sendo considerado como nível de significância estatística valor $p < 0,05$.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, sob parecer nº 2.772.475.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

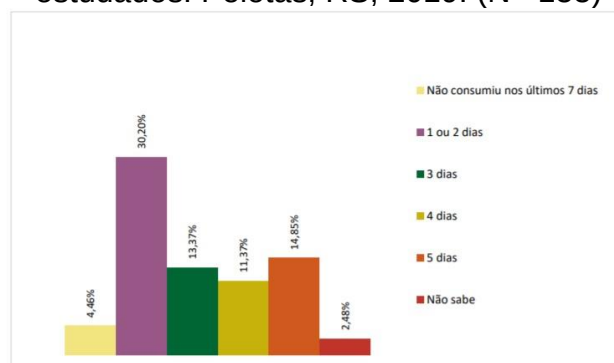
Para o atual estudo, foram selecionados os 217 alunos matriculados no nono ano da Escola Municipal Pelotense. Destes, 205 participaram do estudo, três foram considerados perdas e nove considerados recusas.

Tabela 1 - Características gerais da população estudada. Pelotas, RS, 2019. (N= 202)

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	111	54,2
Feminino	94	45,8
Cor da pele*		
Branca	126	53,6
Não branca	72	37,4
Idade (em anos completos)		
13 - 15	169	82,4
16 - 17	33	16,1
18 - 21	3	1,5
Escolaridade da mãe*		
Fundamental incompleto	22	10,9
Fundamental completo	8	4,0
Médio incompleto	14	7,0
Médio completo	45	22,4
Superior incompleto	25	12,4
Superior completo	60	29,9
Não sei	27	13,4
Mora com o pai*		
Sim	119	58,6
Não	84	41,4
Mora com a mãe*		
Sim	190	93,6
Não	13	6,4

*dado não informado

Figura 1 – Prevalência da adesão à alimentação escolar entre os adolescentes estudados. Pelotas, RS, 2019. (N= 155)



Os resultados do atual estudo mostram que mais da metade da população estudada (77,0%) consumia a alimentação fornecida pela escola e que a sua

maioria é representada pelo sexo feminino. No entanto, foi observado um número considerado elevado de alunos (23,0%) que relataram não consumir esta alimentação. Para o serviço de alimentação escolar, a baixa adesão dificulta o alcance de um dos objetivos do PNAE, que é servir a todos os alunos uma alimentação nutricionalmente adequada, podendo inclusive implicar em desperdício de dinheiro público (DANELON; FONSECA; SILVA; 2015).

Dados da PeNSE de 2012 mostram que os escolares da Região Centro-Oeste foram os que mais relataram consumir a comida oferecida pela escola (20,2%), enquanto a menor proporção, 10,7%, foi observada na Região Sul (IBGE, 2012). Apesar de, em 2015, 77,3% dos estudantes brasileiros terem relatado oferta de comida pela escola, apenas 38,5% informaram seu consumo. Este hábito é menos frequente entre as meninas (36,2%) que entre os meninos (41,0%) (IBGE, 2015).

Estudo publicado em 2018, com prevalência de adesão de 23,7% à alimentação escolar, mostrou que o principal motivo da não adesão é o “não gostar das preparações servidas”, assim como possuir maior renda familiar per capita (JOSIANE; MARIA; OSÓRIO; SCHMIDT; 2018). No ano de 2020, estudo realizado com 10.262 adolescentes brasileiros mostrou que 64,2% deles consumiam a alimentação escolar em ≤ 2 dias/semana, sendo que entre os de sexo feminino apresentavam menor adesão quando comparados ao sexo masculino, ao contrário do encontrado no estudo atual (LYRA; TEIXEIRA; FILHO; RONCALLI; 2007).

Segundo Franco (2015), em pesquisa realizada também na cidade de Pelotas com adolescentes de escolas públicas, não gostar da alimentação oferecida pela escola foi o motivo mais citado (33,3%) para justificar a não adesão à alimentação escolar. Esta situação é preocupante uma vez que se identificou um número relevante de alunos que não aderem à alimentação escolar e que provavelmente consomem algum outro alimento na escola, podendo este ser considerado saudável ou não saudável e, conseqüentemente, dependendo da escolha, poderá refletir negativamente na sua saúde, incluindo o excesso de peso (sobrepeso e obesidade).

Diante do exposto, os resultados encontrados neste estudo são de fundamental importância a fim de diagnóstico e informações sobre a adesão à alimentação escolar, bem como o início de futuras pesquisas que poderão subsidiar outras intervenções de atividades de educação alimentar e nutricional, buscando autonomia alimentar desta população, para uma vida mais saudável.

Além disso, sugere-se que seja realizada a avaliação do estado nutricional desta população para complementar os resultados, possibilitando diagnóstico mais completo e, desta forma, subsidiar possíveis atividades de educação alimentar e nutricional com foco em melhorar a qualidade de vida desta população, aprimorando ainda mais o PNAE.

4. CONCLUSÕES

Embora a adesão à alimentação escolar tenha sido observada na maioria dos participantes da pesquisa, a frequência semanal do consumo identificada foi considerada baixa. Diante desta situação, recomenda-se trabalhar de modo a promover ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, com o intuito de aumentar a frequência semanal deste consumo, além de aumentar a adesão à alimentação ofertada pela escola.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Ministério da Educação, 2009. Acessado em 18 mar. 2021. Online. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3345lei-nº11947-de-16-de-junhode-2009>

FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2017.** Acessado em 18 mar. 2021. Online. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacao-escolar-historico>

FRANCO, D.S. **Adesão à alimentação escolar por adolescentes da rede municipal de ensino fundamental de Pelotas/RS.** 2015. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Alimentos) – Programa de Pós-graduação em Nutrição e Alimentos, Universidade Federal de Pelotas.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Rio de Janeiro, 2016. Acessado em 25 mar. 2021. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>

DANELON, M. S.; FONSECA, M. C. P. da; SILVA, M. V. da. Preferências alimentares no ambiente escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 66–84, 2015. DOI: 10.20396/san.v15i2.1818. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1818>. Acesso em: 9 ago. 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Rio de Janeiro, 2012. Acessado em 30 mar. 2021. Online. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Rio de Janeiro, 2015. Acessado em 30 mar. 2021. Online. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

CESAR, J.T., OSÓRIO, C.A., MARIA, T.M., SCHMIDT, S.T. **Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil.** Ciênc. saúde coletiva 25 mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.10742018>

LYRA, O., TEIXEIRA, T., SILVA, C.V., RONCALLI, A.G. **Adesão à alimentação escolar por adolescentes brasileiros: determinantes individuais e do contexto escolar.** Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Ago). [Citado em 09/08/2021]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/adesao-a-alimentacao-escolar-por-adolescentes-brasileiros-determinantes-individuais-e-do-contexto-escolar/17727?id=17727>